

Fortaleza, 22, 23 e 24 de julho de 2009.  
Caravana Comunidade Segura – Campanha do Desarmamento.

## Anotações de viagem (7)

Por [Suzana Varjão](#)\*

**O**s bancos de dados da Polícia Federal (Sistema Nacional de Armas – Sinarm) e do Exército (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas – Sigma) já estão “conversando”. A notícia foi dada pelo coronel [Paulo Edson](#), do comando da 10ª Região Militar do Exército, durante a passagem da Caravana Comunidade Segura pelo Ceará. E representa um avanço para o trabalho de controle sobre a circulação de armas de fogo e munições no Brasil.

O sistema operacional que permitirá a integração entre as duas bases de dados entrou em fase de testes, e, segundo o coronel Paulo Edson, a Polícia Federal já está conseguindo acessar os arquivos do Exército – e vice-versa. Criptografado, o ambiente informacional é de uso restrito dos agentes de segurança. Mas o representante das Forças Armadas defende a liberação do sistema, em níveis diferenciados, para facilitar o trabalho de controle social.

*– A ação de organizações como a Rede Desarma Brasil tem sido muito importante. Sem esse trabalho, teria sido bem mais difícil conseguir a integração dos sistemas.*

Previsto pelo Estatuto do Desarmamento<sup>1</sup>, o compartilhamento de informações entre o Sinarm e o Sigma demorou a ser concretizado, dificultando o monitoramento dos artefatos letais, a partir do local de origem – um trabalho que requer variadas formas de controle, por diferentes atores sociais. O rastreamento de armas e munições, por exemplo, cabe aos agentes públicos de segurança. Mas a vigilância sobre desvios pode ser dividida com a sociedade civil organizada.

---

<sup>1</sup> Lei federal 10.826, de dezembro de 2003.

*– É preciso parar de usar o conhecimento como ferramenta de disputa de poder. O objetivo tem que ser a segurança da sociedade, e nem todo dado do sistema é sigiloso.*

A avaliação do coronel encontra correspondência nas reivindicações das organizações que trabalham com a causa do desarmamento. Matrizes de dados confiáveis são instrumentos imprescindíveis ao enfrentamento do vetor de mortes chamado arma de fogo. E, para isso, é necessária a integração das diversas bases de dados do País – o que não depende apenas de tecnologia, mas de vontade política, estrutura de pessoal e articulação entre os diferentes setores da segurança pública.

Além dos arquivos do Exército e da Polícia Federal, por exemplo, há os bancos de dados das Polícias Militares e Civis das diferentes unidades da Federação. E os quantitativos declarados por estas instituições, que atuam diretamente na apreensão de armas de fogo, não estão sendo refletidos no Sinarm, como constatado pelos integrantes da Caravana. A grande disparidade observada nos dados dos estados de Sergipe e Pernambuco é um dos indicativos da dimensão do problema.

Mas a integração entre o Sigma e o Sinarm é, sem dúvidas, um grande passo em direção ao banco nacional único de dados sobre armas de fogo e munições. Um passo, porém, que precisa ser acompanhado de outros, para potencializar os esforços empreendidos pelas diversas esferas de poder e pela sociedade civil. Evitar o “zigzag” de armas apreendidas é um deles, como sugerem [Luciana Canito](#) e [Maria Zilmar](#), do Núcleo de Balística da Perícia Forense do Estado do Ceará.

As peritas atestaram o que aqueles que trabalham em prol do desarmamento e do controle de armas e munições sempre temeram: o retorno de armas periciadas ao circuito das criminalidades. As técnicas não souberam precisar se este tipo de desvio aumentou ou diminuiu após o investimento na política geral de desarmamento, mas defendem o encaminhamento dos artefatos apreendidos diretamente para o Exército, para destruição.

Da troca de informações entre os representantes da 10ª Região Militar (que compreende os estados do Ceará, Piauí e Maranhão) e do Núcleo de Balística Forense nasceu o compromisso de agilizar o encaminhamento de armas de fogo pertencentes às Forças

Armadas, e já periciadas, ao Exército. E além de informações atualizadas sobre a política de desarmamento, o coronel Paulo Edson brindou os presentes com uma aula sobre o papel da instituição no programa nacional de desarmamento.

A autoridade militar lembrou que compete ao Exército Brasileiro “autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados”, inclusive o registro e o porte, para trânsito, de armas de fogo pertencentes a colecionadores, atiradores e caçadores, como disposto no artigo número 24 do Estatuto do Desarmamento. E fez um breve apanhado da base jurídica que valida tais atribuições, como abaixo reproduzido:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;
- Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (o Estatuto do Desarmamento, que cria o Sistema Nacional de Armas – Sinarm);
- Decreto número 5.123, de 1º de julho de 2004 (que regula a lei 10.826-2003);
- Decreto número 3.665, de 20 de novembro de 2000, que regulamenta a fiscalização de produtos controlados (R-105);

Resumidamente, entre as atribuições do Exército, estão:

- Autorização para aquisição, registro e porte de armas de membros do Exército e das polícias militares;
- Autorização para aquisição e registro de armas de magistrados e promotores;
- Autorização para aquisição, registro e porte de armas de colecionadores, atiradores e caçadores;
- Fiscalização de fabricação, comércio e tráfico de armas e munições;
- Destruição de armas apreendida/devolvidas.

Conforme explicou o coronel, as armas que devem ser destruídas pelo Exército são: a) as apreendidas pelos órgãos de segurança e que não mais interessem à persecução penal (como disposto no artigo número 25 do Estatuto do Desarmamento); e b) aquelas entregues durante as campanhas de desarmamento (como consta do parágrafo único do artigo 70-E do decreto número 5.123/2004). O membro do Exército apresentou, ainda, alguns dados registrados no Sigma, a saber:

**Armas recebidas e destruídas nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí em 2007**

ESTADOS	CE		MA		PI	
Tipo	Rec.	Destr.	Rec.	Destr.	Rec.	Destr.
Revólver	3344	2751	958	958	172	172
Pistola	337	295	64	64	16	16
Espingarda	1566	1449	132	132	50	50
Carabina/rifle	748	738	16	16	03	03
Fuzil	86	78	39	39	01	01
Outros tipos	1157	600	539	539	114	114
<b>Total</b>	<b>7238</b>	<b>5911</b>	<b>1748</b>	<b>1748</b>	<b>356</b>	<b>356</b>

**Armas recebidas em 2008, por tipo**

Tipo	Justiça CE	DPF/CE	24° BC	25° BC	3° BEC	Total de armas por tipo
Revólveres	925	1825	958	124	48	3.881
Pistolas	61	234	64	13	03	375
Espingardas	438	1011	132	36	14	1631
Garruchas	70	191	146	47	01	455
Rifles	08	204	14	02	-	228
Carabina	-	526	02	01	-	529
Mtr / Sub Mtr	-	-	04	-	-	04
Fuzil/Escoqueta	53	25	39	-	01	118
Armas artesanais	29	36	371	66	-	502
Outros tipos	155	119	18	-	-	292
<b>Total</b>	<b>1739</b>	<b>4172</b>	<b>1748</b>	<b>289</b>	<b>67</b>	<b>8015</b>

**Armas recebidas em 2009, por tipo**

Tipo	Justiça CE	DPF/CE	24° BC	25° BC	3° BEC	Total de armas por tipo
Revólveres	28	1083	-	-	-	1.111
Pistolas	62	112	-	-	-	114
Espingardas	05	202	-	-	-	207
Garruchas	-	-	-	-	-	-
Rifles	06	35	-	-	-	41
Carabina	-	-	-	-	-	-
Mtr / Sub Mtr	-	01	-	-	-	01
Fuzil/Escoqueta	-	01	-	-	-	01
Armas artesanais	-	-	-	-	-	-
Outros tipos	01	47	-	-	-	48
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>1481</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1523</b>

Outro ponto de destaque na política local de enfrentamento de violências é a integração entre as esferas públicas federal, estadual e municipal no Ceará. Esta última, com um grau significativo de compreensão sobre o papel das prefeituras na área da segurança

pública – o que se pôde observar a partir da visita realizada aos Territórios de Paz da capital, implantados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e coordenados pela Guarda Municipal.

E a atuação nos territórios não se dá de forma aleatória, mas com base num instrumento *on line* de gestão denominado Observatório da Violência. A ferramenta é alimentada com os dados “quentes” das ocorrências policiais, a partir de três variáveis básicas (território, perfil da ocorrência e tempo), mas com estrutura construída a partir de estudos sobre o fenômeno das violências – o que se pôde perceber pela natureza das categorias usadas e pelo grau de precisão que os cruzamentos de dados propiciam.

Com a ferramenta e o trabalho articulado das diversas secretarias do estado e dos municípios, é possível especificar, por exemplo, épocas, horários e espaços de maior prevalência de violências e criminalidades; taxa de ocorrências violentas por 100 mil habitantes; e distribuição das ocorrências por faixa etária. Apresentado por [Luiz Antônio Melhado](#), o observatório dá demonstração inequívoca da viabilidade de unir pesquisa e ação policial para defender a vida.

---

#### **Resumo esquemático dos debates, entrevistas, informações:**

- O Sistema Nacional de Armas (Sinarm) é importante, mas ainda é falho. A demanda é grande; a estrutura de pessoal, pequena (*informação do Delegado Daniel Guimarães de Oliveira, titular da Delegacia de Combate ao Tráfico Ilegal de Armas do Estado do Ceará – Delearm*);
- A escassez de peritos em balística é um dos fatores que contribuem para retardar o encaminhamento de armas de fogo ao Exército. Para atender a todo o estado do Ceará, existem apenas duas especialistas. E o passivo é grande (*de Luciana Canito e Maria Zilmar, técnicas do Núcleo de Balística da Perícia Forense do Estado do Ceará*);
- Reafirmada a importância da dimensão preventiva de violências, na qual está incluído o trabalho de controle de armas e munições. “Está mais do que comprovada a correlação entre armas apreendidas e diminuição de homicídios” (*secretário adjunto da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, [José Nival Freire da Silva](#)*);

- “Conforta-nos ver o engajamento das pessoas nesse trabalho. O alerta da Rede Desarma Brasil vem ajudando muito a fortalecer as polícias” (*idem anterior*).
- Lembrada a contribuição da palavra na construção do quadro social ([Ana Cláudia Bastos](#), *presidente dos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS*);
- Ratificada a necessidade de se repensar a produção simbólica em todos os campos de conhecimento, segmentos populacionais e setores da vida social – incluindo o da saúde, recheado de vocabulário bélico (“a informação é a melhor arma para combater a gripe suína”). E a cultura de paz deve ser construída tanto na esfera coletiva quanto na individual (*do titular da Secretária Municipal de Saúde de Fortaleza, Alex Mont’Alverne*);
- Informado que, em 2008, a Guarda Municipal de Fortaleza tirou de circulação 17.200 armas de brinquedo. A ação educativa, além de preparar as futuras gerações, tem impacto sobre a atualidade, uma vez que as crianças, motivadas, levam o debate sobre cultura de paz para suas casas (*do superintendente da Guarda Municipal de Fortaleza, Arimá Rocha*);
- O cravo *brincou* (em lugar de *brigou*) com a rosa / debaixo de uma sacada / o cravo saiu *feliz* (substituindo *ferido*) / a rosa *encantada* (em vez de *despedaçada*). Mais que denúncia, uma proposta de construção da cultura de paz, a partir do cancionero dedicado ao universo infantil (*de Almir Laureano, membro da Rede Desarma Brasil*).
- Alguns dados do Ceará (2008)<sup>2</sup>:
  - Registros de armas novas: **408**;
  - Armas furtadas/ roubadas: **182**;
  - Registros estaduais renovados: **1.659**;
  - Armas apreendidas: **52**;
  - Armas entregues: **34**;
  - Registros de armas velhas: **737**;
  - Portes expedidos: **65**.

---

<sup>2</sup> (Dados do Sistema Nacional de Armas – Sinarm, divulgados pela ONG [Viva Rio](#));

---

### **Outros informes:**

- A Caravana Comunidade Segura aportou em Fortaleza durante o I Seminário Cearense de Controle de Armas e Munição e Construção de uma Cultura de Paz, no dia 23-07-09, no auditório do Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), no período da manhã. À mesa dos trabalhos, sentaram-se, dentre outros, o titular da Secretaria de Saúde do Município, Alex Mont'Alverne; a presidente dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), [Ana Cláudia Bastos](#); o superintendente da Guarda Municipal, Arimá Rocha; e o secretário adjunto da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, [José Nival Freire da Silva](#). Após a abertura solene do seminário, foram apresentados dados sobre armas de fogo no Brasil e no Ceará, seguindo-se uma mesa-redonda com representantes do Exército (coronel [Paulo Edson](#), comando da 10ª. Região Militar, responsável pelos estados do Ceará, Piauí e Maranhão) e da Polícia Federal (Delegado [Daniel Guimarães de Oliveira](#), titular da Delegacia de Combate ao Tráfico Ilegal de Armas – Delearm);
- À tarde, foi realizada a Conferência Livre “Construção da cultura de paz – controle de armas e munições”, após a apresentação do Observatório da Violência (Luiz Antônio Melhado) e de breves depoimentos dos membros da Rede Desarma Brasil sobre a experiência do Comitê Desarmamento local ([Paulo Parente Borges](#) – Instituto Gaia e Unipaz-CE), cultura de paz (Almir Laureano – Movpaz ), violência & saúde pública ([Duda Quadros](#) – Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza) e comunicação & violências (Suzana Varjão – Movimento Estado de Paz e Fórum Comunitário de Combate à Violência);
- No dia 24, foram realizadas visitas aos dois Territórios de Paz implantados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em Fortaleza, nas localidades de Bom Jardim e Canindezinho, onde começa a ser desenvolvido o projeto Mulheres da Paz;
- Como ocorreu na Paraíba, no Piauí, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, em Sergipe e em Pernambuco, os integrantes da Caravana Comunidade Segura distribuíram cartilhas (“[Segurança Pública Cidadã](#)”) com dados sobre o desarmamento no País. Alguns deles:

- 90% dos 17 milhões de armas que circulam no Brasil estão em mãos de civis e 50% delas não são legalizadas<sup>3</sup>;
- Somente em 2003, aproximadamente 27 mil armas foram roubadas de residências brasileiras<sup>4</sup>;
- A pessoa que tem arma de fogo em casa tem 57% mais chance de ser assassinada do que quem está desarmado<sup>5</sup>;
- 68% de armas apreendidas com a criminalidade pertenciam a comerciantes;<sup>6</sup>
- Em 2008, cerca de 600 mil armas foram tiradas da ilegalidade no Brasil, como resultado da Campanha de Registro e Recadastramento de Armas<sup>7</sup>;
- Entre julho de 2004 e outubro de 2005, a Campanha de Entrega Voluntária de Armas recolheu quase meio milhão de armas no País, tendo sido a segunda maior do mundo<sup>8</sup>;
- Anualmente, ocorrem 34 mil mortes por arma de fogo no País, o que significa dizer que a cada 15 minutos um brasileiro morre em função de ferimentos provocados por armas de fogo<sup>9</sup>;
- Até 2003 (antes, portanto, da aprovação do Estatuto do Desarmamento<sup>10</sup>, em dezembro deste mesmo ano), ocorriam no Brasil 39 mil mortes por armas de fogo ao ano<sup>11</sup>;
- No primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o índice nacional de homicídios por armas de fogo caiu 8,2%, sendo a primeira queda registrada em 13 anos<sup>12</sup>;
- Em 2006, o percentual chegou a 12%, o que significa mais de 5.000 vidas poupadas<sup>13</sup>;
- Em geral, os estados que apresentaram maiores quedas nos índices de homicídio foram os que estavam em situação pior nos *rankings* de

---

<sup>3</sup> Fonte: *Brasil: as armas e as vítimas*. Editora 7 Letras, RJ, 2005.

<sup>4</sup> Fonte: Polícia Federal.

<sup>5</sup> Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2001.

<sup>6</sup> CPI do Tráfico de Armas, 2006.

<sup>7</sup> Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2001.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Redução de Homicídios no Brasil (Ministério da Saúde, 2007).

<sup>10</sup> Lei federal nº 10.826.

<sup>11</sup> Redução de Homicídios no Brasil (Ministério da Saúde, 2007).

<sup>12</sup> UNESCO, 2004.

<sup>13</sup> Redução de Homicídios no Brasil (Ministério da Saúde, 2007).

mortes por armas de fogo, antes das campanhas de desarmamento, e que tiveram alto índice de recolhimento de armas, durante as mesmas<sup>14</sup>.

---

### Outros dados:

- Dois outros bancos de dados que merecem a atenção dos que trabalham pelo desarmamento são o Sicovem (Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições) e o Sicofa (Sistema de Controle Fabril de Armas). Em estruturação, o primeiro permitirá o controle *on line* das munições comercializadas no País. O Sicofa facilitará o controle de armas de fogo fabricadas pela indústria nacional, comercializadas e exportadas.<sup>15</sup>
- Pequena cronologia da política do desarmamento no Brasil:
  - Dezembro de 2003 – aprovação do Estatuto do Desarmamento;
  - Julho de 2004 – Realização de Campanha de Entrega Voluntária de Armas;
  - Outubro de 2005 – Referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições no Brasil e início das Caravanas do Desarmamento;
  - 2006 – Instalação da CPI do tráfico de armas;
  - 2007 – Criação da Subcomissão Permanente de Controle de Armas & Munições;
  - 2008 – Realização de Campanha de Registro e Recadastramento de Armas, pela Polícia Federal.
- Aproximadamente 80% das armas ilegais apreendidas pelas polícias no País são brasileiras<sup>16</sup>;
- Cerca de 70% das armas apreendidas com a criminalidade haviam saído vendidas legalmente a comerciantes e desviadas<sup>17</sup>.
- As armas ficaram mais raras e mais caras no mercado ilegal, após o as ações de desarmamento (exemplo: antes do Estatuto, em São Paulo, uma pistola 9 mm era

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Mais informações sobre o assunto podem ser obtidas no site do Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC):  
[http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php?Itemid=33&id=19&option=com\\_content&task=view](http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php?Itemid=33&id=19&option=com_content&task=view).

<sup>16</sup> CPI do Tráfico de Armas, 2006.

<sup>17</sup> Idem.

vendida no mercado ilegal por R\$ 800,00; dois anos depois, passou a custar R\$ 1.300,00)<sup>18</sup>;

- Em apenas cinco anos, o Brasil gastou cerca de R\$ 93 milhões com vítimas da violência armada<sup>19</sup>.

---

### **Clipping da passagem da Caravana por Fortaleza:**

- *TV Assembléia*. Entrevistas ao vivo. 22-07-09;
- *TV Assembléia*. Cobertura do seminário e entrevistas. 23-07-09;
- *TV Cidade* (Rede Record). Entrevistas. 24-07-09;
- *TV Jangadeiro* (Rede SBT). Cobertura das visitas aos Territórios de Paz e entrevistas. 24-07-09;
- *Rádio Universitária FM*. Entrevista. 24-07-09;
- *Agência da Boa Notícia*. Reportagem. “Caravana nacional chega a Fortaleza para debate sobre segurança pública e cultura de paz”. 23-07-09; Ver em: <http://www.boanoticia.org.br/noticias-naintegra.php?id=ooGkdF/Kx3Ekfr2XV++rpIq2oYB/r8apZrw+F9HIZ4A>
- *Agência da Boa Notícia*. Entrevista. 24-07-09;
- *Jornal O Estado* (impresso). Artigo. “Menos violência contra jovens”. Pág. 2 Editoria de Opinião. 24-07-09;
- *Site da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza*. Cobertura. “Fortaleza recebe Caravana Comunidade Segura e debate saúde e cultura de paz”. 23-07-09. Ver em: [http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms\\_v2/Noticias\\_Detalhes.asp?noticia=1652](http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms_v2/Noticias_Detalhes.asp?noticia=1652);
- *Jangadeiro On Line* (Sistema Jangadeiro de Comunicação). Reportagem. “Caravana Comunidade Segura chega nesta quinta-feira a Fortaleza”. 23-07-09. Ver em: <http://www.jangadeiroonline.com.br/?acao=noticias&subacao=ler&id=13607>;
- *Site da Adital*. Reportagem. “Caravana Comunidade Segura chega amanhã em Fortaleza (CE)”. 22-07-09. Ver em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=39977>;
- *Agência de Pautas da Responsabilidade Social*. Reportagem. “Caravana Comunidade Segura chega a Fortaleza (CE)”. 23-07-09. Ver em: <http://www.pautasocial.com.br/pauta.asp?idPauta=26804>;
- *Site da Prefeitura de Fortaleza*. Reportagem “Prefeitura e sociedade debatem desarmamento e cultura de paz”. 22-07-09. Ver em: [http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=11363&Itemid=78](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11363&Itemid=78)

---

### **Conferência Livre**

Fortaleza, 23-07-09, Auditório do Instituto de Pesos e Medidas de Fortaleza

---

<sup>18</sup> Jornal Estado de São Paulo, 23 de outubro de 2005.

<sup>19</sup> DATASUS, 2006.

## **Construção da cultura de paz – Controle de armas e munições**

(Eixo 5 – Prevenção social dos crimes e das violências)

### **Princípios:**

1. Uma política de segurança pública pautada não apenas na repressão, mas também na prevenção deve considerar um vetor responsável pela maioria das mortes por homicídio no Brasil, ou seja, as armas de fogo;
2. Para enfrentar o problema da comunicação sobre violências em geral e, especificamente, sobre violência armada, é imprescindível estruturar uma política de comunicação que priorize a interação entre agentes públicos e midiáticos, porque é nesta interação que o noticiário sobre segurança pública é construído, ampliando a participação da sociedade civil organizada na estruturação deste noticiário;
3. O fenômeno das violências e das criminalidades no País, que tem na arma de fogo vetor relevante de mortes, configura-se, hoje, como um problema cultural. Deste modo, é imprescindível a uma política de segurança pública eficaz investir em programas e projetos preventivos e de estruturação de uma cultura de paz.

### **Diretrizes:**

1. Estruturar mecanismos que permitam o acompanhamento efetivo das armas apreendidas pelas polícias, desde a apreensão até o destino final – ou seja, o Exército;
2. Dotar o setor de perícia forense especializado em balística de infra-estrutura física e profissional com vistas a agilizar o encaminhamento de armas que ficam armazenadas nestes setores, à disposição da Justiça;
3. Reestruturar, fortalecer e criar (onde não houver) conselhos comunitários de segurança e comitês de desarmamento em todas as unidades da Federação;
4. Ampliar e aumentar o valor da premiação relativa à apreensão de armas de fogo e munições, pelos agentes públicos;
5. Inserir, de modo transversal, o tema cultura de paz nas diversas esferas que promovem a educação no País;

6. Investir em programas e projetos de desarmamento e controle de armas e munições, com a participação de gestores, sociedade civil e trabalhadores do Estado;
7. Fortalecer o SINARM e o SIGMA, contornando problemas e incompatibilidades entre os dois sistemas;
8. Em contraponto às propostas de armamento de alguns setores da segurança pública, investir na vertente de tecnologias não-letais;
9. Investir em mecanismos que fortaleçam a fiscalização e o controle do uso de armas de fogo pela segurança privada;
10. Criar mecanismos de monitoramento da indústria do entretenimento, com vistas a restringir a comercialização de jogos eletrônicos e outros bens culturais que incentivem o uso de armas de fogo ou façam a apologia às drogas e a formas violentas de resolução de conflitos;
11. Tornar obrigatória a disciplina de técnicas não-letais nas academias de polícia e instrumentalizar as instituições policiais com os equipamentos necessários à prática;
12. Estruturar ou apoiar mecanismos que fortaleçam a lei sobre controle de armas e munições (Estatuto do Desarmamento) e enfraqueçam o comércio de armas de fogo;
13. Instalar um fórum nacional permanente de discussão sobre a qualidade da informação sobre violências em geral e, especificamente, sobre a violência armada (tanto na esfera da produção quanto na da difusão de dados, pelas mídias);
14. Estruturar mecanismos que permitam o rastreamento do fenômeno do aluguel de armas de fogo, com penalização prevista em lei tanto para o locatário quanto para o locador;
15. Aumentar a tributação sobre o comércio de armas de fogo e munições e sobre bens culturais que façam a apologia ao seu uso;
16. Ampliar a política de desarmamento (campanhas de recadastramento e entrega voluntária de armas, etc.) para as cidades do interior dos estados, fortalecendo a articulação e as parcerias entre os agentes públicos e a sociedade civil;

17. Investir em ações culturais, de educação e lazer para jovens, com vistas a diminuir a demanda destes por armas de fogo;

18. Garantir dotação orçamentária para estruturação e funcionamento adequado e regular dos CREA e dos CRAS para tratamento de agressores e vítimas de violência em geral e, especificamente, de violência armada;

19. Apoio a projetos de monitoramento (e auto-monitoramento) do noticiário sobre segurança pública em geral e, especificamente, sobre a violência armada (observatórios, por exemplo), sendo recomendável o mapeamento de tais iniciativas nas diversas unidades da Federação.

---

**Saiba mais sobre a passagem da Caravana por Fortaleza em:**

<http://www.comunidadessegura.org>

<http://www.deolhonoestatuto.org.br>

---

**Veja fotos da passagem da Caravana por Fortaleza em:**

<http://www.comunidadessegura.org>

<http://www.deolhonoestatuto.org.br>

---

**Confira mais dados sobre o desarmamento e o Estatuto em:**

<http://www.deolhonoestatuto.org.br>

<http://www.comunidadessegura.org>

---

**Para saber como entregar ou regularizar sua arma, ver:**

<http://www.dpf.gov.br>

---

**Publicações úteis à compreensão das questões relativas às armas e munições no Brasil:**

- “Redução de Homicídios no Brasil”, do Ministério da Saúde (MS) – Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Ver em:

[http://www.deolhonoestatuto.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=docview&gid=27;](http://www.deolhonoestatuto.org.br/index.php?option=com_docman&task=docview&gid=27;)

- “Armas de fogo: proteção ou risco?”, de [Antônio Rangel Bandeira](#) e Josephine Bourgois (VIVA RIO, 2005);
- “Brasil: as armas e as vítimas”, de Rubem César Fernandes e outros ([7 LETRAS](#), 2005);
- “Vidas poupadas: impacto do desarmamento no Brasil” (UNESCO, 2004);
- “Também morre quem atira” (Secretaria de Segurança Pública 2001);
- “[Caravana Comunidade Segura 2009: Campanha do Desarmamento – Segurança Pública Cidadã](#).”, de vários autores (Rio de Janeiro: Viva Comunidade e Rede Desarma Brasil, 2009).

---

\* Suzana Varjão é jornalista, escritora, membro da Rede Desarma Brasil, do Fórum Comunitário de Combate à Violência, do Movimento Estado de Paz e do Movimento Nossa Salvador.